



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **Trabalho Social na Habitação:**

trajetória, resistências e afirmação do direito à cidade

### **Isabel Cristina da Costa Cardoso**

Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Grupo de Estudos Sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social (UrbanoSS /FSS/UERJ)

### **Joana Valente Santana**

Professora Doutora da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará/UFPA. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA).

### **Sonia Regina Nozabielli**

Professora Doutora da Universidade Federal de São Paulo/ Baixada Santista. Grupo de Estudos e Pesquisas Metropolitanas em Política Social e Serviço Social (MEPSS/UNIFESP-Baixada Santista).

### **Rosângela Dias Oliveira da Paz**

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (NEMOS/PPGSS/PUCSP).

## **RESUMO GERAL**

A sessão livre - Trabalho Social na Habitação: trajetória, resistências e afirmação do direito à cidade - tem por objetivo compartilhar o debate sobre a importância do trabalho social, reconhecido como componente da política habitacional, inserido no contexto das transformações urbanas, e os impactos provocados no processo de produção e reprodução da vida social.

O contexto histórico e espacial das relações sociais que mediatiza as condições de existência do trabalho social na política de habitação, é caracterizado pelo aprofundamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero que se expressam sobre o crescimento da pobreza e da fome, o desemprego, precarização e a informalidade do mundo do trabalho, a ausência e precariedade das moradias nas cidades e no campo, os deslocamentos e as remoções, o baixo acesso aos serviços públicos, o racismo estrutural, as opressões de gênero, os desmatamentos e devastamentos ambientais, a expulsão dos trabalhadores do campo e dos indígenas de suas terras e a criminalização dos movimentos sociais nas lutas pelos direitos. A crise sanitária da Covid-19, o

desmonte das políticas públicas, a crise e ameaças a democracia brasileira, intensificaram as péssimas condições de vida, o desfinanciamento das políticas sociais e urbanas públicas na proporção direta à brutal desigualdade social brasileira.

Os resultados das políticas urbanas e de habitação implementadas no Brasil configuraram cidades marcadas pela expansão das taxas de urbanização que transformam as formas de uso e ocupação do território, avançando sobre a biodiversidade dos biomas brasileiros e transformando áreas naturais em formações precária e desigualmente urbanizadas, notadamente sobre o Cerrado e a Mata Atlântica, conforme dados do Mapbiomas entre os anos de 1985-2021. A produção e reprodução do espaço urbano subordina o uso e a ocupação da terra, as necessidades sociais dos trabalhadores e moradores dos bairros periféricos e os direitos regulamentados aos interesses da industrialização, do mercado e da circulação do capital. Nesse sentido, o trabalho social nas políticas urbanas e habitacionais precisa ser compreendido na constituição das cidades brasileiras e de suas dinâmicas locais e regionais, de interseção dos espaços urbanos, periurbanos e rurais, na qual a disputa pela terra, a produção social do espaço e as impossibilidades de inserção e acesso à cidade são centrais para o avanço do capital. Assim o trabalho social afirma-se a partir de condições históricas estruturais determinadas e das convocações e requisições das políticas públicas, atuando na prestação de serviços sociais, na reprodução material e social da força de trabalho e em particular na organização e participação social dos grupos de população envolvidos nos projetos habitacionais, em territórios específicos, na construção de uma outra sociabilidade (Diniz e Paz, 2020, p.34)

Historicamente, o trabalho social tem o protagonismo dos profissionais de Serviço Social, que dialogam com outras profissões da área de humanas e exatas e tem constituído equipes multidisciplinares. Os profissionais de Serviço Social têm sido requisitados para atuação em projetos urbanísticos e habitacionais – na composição de equipes de trabalho social e vivem, cotidianamente, o dilema de um trabalho profissional que contraditoriamente defende o direito à cidade e ao mesmo tempo responde as demandas institucionais que valorizam o mercado imobiliário e da construção civil.

Essa mesa se propõe apresentar, discutir e debater o Trabalho Social na Habitação, a partir a experiência de parceria acadêmica de quatro grupos e núcleos de pesquisa de Programas de Pós Graduação da área de Serviço Social, que durante o ano de 2022 realizaram dois cursos de extensão sobre a temática, com abrangência nacional, dirigido aos/as trabalhadores sociais que atuam em equipes multidisciplinares e estudantes e pesquisadores. Essa experiência teve por objetivos contribuir com a formação continuada de profissionais que trabalham em equipes de trabalho social na área da habitação, em especial, os/as assistentes sociais, visando uma intervenção teórica e metodológica orientada pelo direito à cidade, e ainda, estimular mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e as demandas que emergem do cotidiano do trabalho profissional de assistentes sociais em equipes de trabalho social no Brasil, através da formação continuada.

Essa iniciativa envolveu os seguintes grupos de estudos e pesquisas: Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (GEP-CIHAB/PPGSS/UFGPA), Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos

Sociais do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NEMOS/PPGS/PUCSP); Grupo de Estudos e Pesquisas Metropolitanas em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (MEPSS/UNIFESP-Baixada Santista) e Grupo de Estudos Sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UrbanoSS /FSS/UERJ).

Serão apresentadas quatro palestras resultantes dos módulos do curso de extensão :i) O lugar do trabalho social na política urbana e habitacional: contexto social e político; ii) A reflexão-ação do trabalho social em habitação a partir do território e da vida cotidiana; iii) Trabalho Social e a intersectorialidade das políticas públicas; iv) Centralidade da participação social e da organização política no trabalho social em habitação.

De acordo com Diniz e Paz (2020, p.35), compreende-se que o trabalho social na habitação é um campo de disputa de projetos, concepções e recursos no cotidiano das gestões públicas, dos programas habitacionais e dos territórios populares onde a vida cotidiana se processa na sua complexidade, permeado pelas contradições presentes na sociedade e nas políticas públicas, pressionado pelos diferentes interesses dos atores envolvidos nos processos de implementação da política urbana e de habitação. A tensão entre os interesses do mercado da construção civil e imobiliário e o direito à moradia, defendido pelos movimentos de moradia, ou ainda entre interesses das diferentes gestões públicas e mesmo eleitorais e o direito à cidade e acesso à moradia digna têm permeado e atravessado os projetos e equipes de trabalho social, exigindo posicionamentos e estratégias, em especial, em uma conjuntura histórica de ataque à ainda frágil democracia do país e à esfera pública dos direitos, através do exercício do poder de Estado, de governo e de manifestações materiais e simbólicas da sociedade civil.

## **TÍTULO DA PALESTRA 1: O LUGAR DO TRABALHO SOCIAL NA POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL: CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO**

A compreensão da trajetória e construção do trabalho social na política urbana e habitacional considera a estruturação do espaço nas cidades brasileiras, sob as bases do capitalismo global; as implicações dessa dinâmica nas convocações e contradições do trabalho social na política de habitação. Destaca-se as contradições presentes na realização do trabalho social na política habitacional que não se restringe a uma unidade habitacional, mas é voltado ao direito a moradia, que envolve o acesso à cidade, saneamento, aos equipamentos sociais, transporte público, a sociabilidade, etc. Nessa trajetória discute-se as concepções e pressupostos para o trabalho social em habitação, bem como as estratégias, metodologia, recursos e condições para efetivar o trabalho social, no cenário das transformações do capitalismo e do mundo do trabalho, em particular com os avanços da terceirização. Reconhece-se que no período dos governos Lula e Dilma (2004-2006) houve um conjunto de avanços institucionais no Ministério das Cidades, mas que não foram acompanhados de investimentos no desenvolvimento institucional dos municípios, de suas capacidades gerenciais e de estrutura. Assim, em muitos municípios, as competências do trabalho social estão locadas nas secretarias de assistência social e as ações são reduzidas à prestação de alguns serviços e atendimentos individualizados e

imediatistas, atendendo as formalidades contratuais e distanciando-se dos objetivos propostos. Defende-se que os princípios que norteiam o trabalho social nas políticas urbana e habitacional devem afirmar o direito à cidade; o direito à moradia digna; o direito à organização e participação da população em todos os momentos do processo construtivo e no controle democrático da política habitacional.

## **TÍTULO DA PALESTRA 2: A REFLEXÃO-AÇÃO DO TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO A PARTIR DO TERRITÓRIO E DA VIDA COTIDIANA.**

O eixo “A reflexão-ação do trabalho social em habitação a partir do território e da vida cotidiana” visa contribuir com a formação e o exercício do trabalho social em habitação para a compreensão relacional e crítica da produção social do espaço e, em particular, do conceito de território, que não se reduz à dimensão normativa ou administrativa das formas de fragmentação e classificação do real e da vida social por parte do Estado e das políticas sociais. Da mesma forma, o eixo pretende refletir acerca da importância do conhecimento sobre a dimensão conceitual e prático-sensível da vida cotidiana dos homens e mulheres simples da classe trabalhadora partindo-se dos territórios de vida, onde se insere a moradia, para a formação e o exercício do Trabalho Social em habitação. Assim, o eixo visa problematizar a relação entre território e trabalho social na habitação a partir das seguintes questões: 1) a centralidade da análise interseccional entre divisão racial do espaço e divisão racial do trabalho para a compreensão e a intervenção sobre os processos de produção desigual e racista do espaço urbano; 2) como se articulam territorialmente os diferentes tempos sociais de transformação da cidade, da vida biográfica de sujeitos e suas famílias e da política de habitação? 3) como a dialética das contradições entre as práticas históricas populares da classe trabalhadora e as práticas de dominação do Estado e do capital se expressa na produção do espaço urbano e dos territórios de moradia? 4) por que e como articular teórica e metodologicamente as diferentes escalas, variáveis e indicadores socioterritoriais para a ação-reflexão do trabalho social? 5) como incorporar na política de habitação e no trabalho social as particularidades dos diferentes territórios das águas, do campo, da cidade e das florestas, de seus sujeitos históricos e das suas territorialidades de vida e cultura? 6) como articular diferentes escalas e variáveis sócioterritoriais para a ação-reflexão do Trabalho Social em Habitação?

### **TÍTULO DA PALESTRA 3: TRABALHO SOCIAL E A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Duas referências subsidiam o debate que articula o desenvolvimento do trabalho social na política urbana e habitacional e a necessária intersectorialidade das políticas públicas, como estratégia da gestão pública: as múltiplas determinações que atravessam o trabalho social que se realiza sob referências teóricas, metodológicas e ético-políticas que são plurais, e a intersectorialidade no exercício cotidiano de implementação das políticas públicas que deve considerar as contradições, confrontos e conflitos que não se encerram na formulação – a implementação também é um campo de tensões (NETTO, 1992).

Nessa direção, reflexões emergem dos debates que apontam as transformações históricas, sociais e culturais que têm alterado a face do capitalismo e da sociedade do capital nas últimas cinco décadas, ou seja, a mundialização do capital e a centralidade alcançada pelo capital financeiro, que provocaram mudanças nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora com a intensificação da precarização, caracterizando uma ofensiva burguesa sob uma ideologia neoliberal, tendo em vista reverter a crise sistêmica do capital e renovar as condições de exploração do trabalho.

O que impõe a indagação sobre o significado das políticas públicas em tempos de concentração e centralização do capital, mesmo porque as entendemos necessariamente referidas à política econômica. Ou seja, na defesa da habitação como política social e responsabilidade do Estado e da moradia como direito com orçamento público atribuído, as políticas públicas navegam em um campo amplo de contradições, podendo ser apreendidas como resposta governamental de intervenção nas relações sociais que, numa perspectiva liberal, objetivam conceder aos indivíduos a satisfação de certas necessidades não atendidas no contexto do mercado capitalista e, numa perspectiva histórico-crítica, fazem parte da estratégia da classe dominante, tendo em vista o controle da classe trabalhadora.

Portanto, é importante considerar na produção das cidades e de moradias, no exercício cotidiano de implementação das políticas públicas, as formas de intervenção que entrelaçam e interseccionam relações sociais de classe, raça e gênero.

E, nesse sentido, é fundamental articular a intersectorialidade com a interdisciplinaridade, aquela entendida como um tipo de intervenção social, uma qualidade necessária ao processo de intervenção (KOGA, 2003), uma “estratégia de gestão pública democrática... que pressupõe decisão política, articulação entre os setores e complementariedade das ações” em uma perspectiva de totalidade (WANDERLEY, MARTINELLI E PAZ, 2020). E a interdisciplinaridade pode potencializar as articulações e integração das ações desenvolvidas pelos agentes públicos no desenvolvimento do trabalho social, ao considerar saberes e práticas de profissionais de outras áreas de conhecimento, ao estabelecer uma interlocução necessária para superar a fragmentação e parcialização de saberes, com vistas a assegurar as condições de acesso às políticas e aos direitos e à apropriação do espaço público, de forma participativa.

## TÍTULO DA PALESTRA 4: CENTRALIDADE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO

O tema da palestra trata da centralidade da participação social no Trabalho Social, no contexto da política habitacional no Brasil. Recupera como em diversas sociedades, há uma limitação da participação social dos sujeitos por conta das sociedades de classes. Na ordem burguesa, esse limite é acentuado pela presença da alienação humana. No caso, da política habitacional, a participação tem uma perspectiva instrumental e visa o aceite de programas e projetos habitacionais, que, em geral, são orientados por concepções e práticas conservadoras, pois os projetos habitacionais ofertados para a classe trabalhadora apresentam problemas de várias ordens como a qualidade construtiva, distância dos serviços urbanos e do trabalho, cômodos menores do que a necessidade da família, projetos construtivos que não respeitam as particularidades regionais, dentre outros. Aborda como os profissionais, particularmente os/as assistentes sociais, que trabalham em equipes de Trabalho Social são requisitados a intervir com base em uma perspectiva conservadora de participação e como, as equipes de trabalho social se movimentam nos espaços contraditórios das políticas habitacionais na perspectiva da democratização e do acesso à direitos, isto é, os profissionais tem se posicionado e trabalhado sob a orientação de um projeto profissional que valoriza os processos democráticos e o protagonismo dos sujeitos nos territórios, com o estímulo à participação social. Discute os vários momentos do trabalho social e da política habitacional em diferentes conjunturas históricas no Brasil e apresenta experiências democráticas onde foi possível experimentar a participação de base democráticas pela mediação do Trabalho Social. Enfoca que é importante que os profissionais busquem reconhecer quais as lutas sociais estão presentes na sociedade em vista do direito à cidade, percebendo a desigualdade social existente nas diferentes territorialidades no Brasil, no sentido de que a inserção profissional na questão da habitação seja articulada a um posicionamento contrário a todas as formas de exploração e opressão e contra todas as desigualdades que comparecem a vida dos/as trabalhadores/as, dos negros, mulheres, pessoas com deficiências, pessoas LGBTQIA+, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores rurais no Brasil.

### Referências

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Trabalho social em habitação: contradições, convocações e redefinições políticas. In: DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (Org.). *Serviço social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vivos**. São Paulo: Cortez, 2003.

MAPBIOMAS. Destaques do mapeamento anual das áreas urbanizadas no Brasil entre 1985 a 2021: áreas urbanizadas. *Projeto MapBiomass – Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra do Brasil - Coleção 7*. Disponível em: <https://mapbiomas-br->

site.s3.amazonaws.com/MapBiomass\_Area\_Urbanizada\_2022\_03\_11.pdf,  
acesso em 20 de dezembro de 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo. Cortez, 1992

WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M.L.; e PAZ, R.D.O. “Intersetorialidade nas políticas públicas”. Editorial. **Revista Serviço Social e Sociedade**, no. 137, São Paulo. Ed. Cortez, 2020